

“DUAS NO PÉ E UMA NA BUNDA”:

**DA PARTICIPAÇÃO TERENA NA GUERRA ENTRE O PARAGUAI E A TRÍPLICE
ALIANÇA À LUTA PELA AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DA TERRA INDÍGENA BURITI**

Jorge Eremites de Oliveira¹

Levi Marques Pereira¹

A guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870), chamada no Brasil de *Guerra do Paraguai*, e no Paraguai de *Guerra Grande*, *Guerra del 70* e *Guerra de la Triple Alianza*, é apontada na historiografia brasileira como o mais sangrento conflito bélico ocorrido nas Américas. Esse evento também é tido como um divisor de águas na história platina, não apenas na trajetória dos estados-nações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, mas também no processo histórico e sociocultural de muitos povos indígenas (Guató, Kadiwéu, Kaiowá, Ñandeva, Payaguá, Terena e outros).

Apesar da importância do evento, existem poucos estudos apurados a respeito da participação indígena nessa luta armada, sobretudo no que se refere aos contatos e mudanças socioculturais que a partir dele se processaram nos grupos étnicos direta ou indiretamente envolvidos na guerra. Sabe-se, todavia, que muitos indígenas atuaram diretamente no conflito. Do lado paraguaio, por exemplo, os Payaguá e outros grupos foram somados às tropas de Solano Lopes; do lado brasileiro, por sua vez, os Guató, Kadiwéu, Terena e outros grupos apoiaram o exército imperial na luta contra as tropas invasoras no sul da antiga província de Mato Grosso. No pós-guerra, porém, territórios indígenas foram “objetos de cobiça e exploração” por parte das novas frentes ocupação das sociedades nacionais, conforme Bartomeu Melià² avaliou para a história dos Kaiowá, Mbyá e Ñandeva.

Neste sentido, com o objetivo de contribuir para um maior conhecimento acerca do assunto, neste trabalho analisamos, de maneira resumida, a participação terena na guerra, suas conseqüências nos processos de desterritorialização e reterritorialização do grupo e suas significações no âmbito do movimento etno-social pela ampliação dos limites da Terra

Indígena Buriti, localizada nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, em Mato Grosso do Sul, Brasil³. Os estudos ora apresentados fazem parte de uma perícia produzida para a Justiça Federal no Estado (Autos nº 2001.60.00.003866-3, 3ª Vara da 1ª Subseção Judiciária de Campo Grande); foram concluídos, também, por meio de observação participante, incluindo o registro e análise de histórias de vida e memórias genealógicas, acrescidas do estudo de fontes textuais e da literatura etnológica, além de pesquisa arqueológica e etnoarqueológica⁴. Trata-se de um trabalho interdisciplinar que proporcionou, no campo teórico e empírico, a aplicação concatenada de procedimentos metodológicos próprios da antropologia, arqueologia e história.

Sobre os Terena, eles constituem um grupo étnico descendente dos antigos Guaná-Txané das regiões do Chaco e Pantanal, cuja língua está filiada à família lingüística aruák, assim como também é o caso dos Laiana e Kinikinau. Até fins do século XIX, os Guaná-Txané estavam organizados e se distinguiam em vários grupos étnicos, segundo resumiu Gilberto Azanha: “*Terena (ou Etelenoé), Echoaladi, Quiniquinau (Equiniquinau) e Laiana*. Os índios mais velhos reconhecem ainda hoje os termos *Etelenoé, Laiana e Quiniquinau*, e distinguem, quando inquiridos, os descendentes dos ‘laiana’ ou ‘quiniquinau’. Mas para o público externo, todos atualmente se reconhecem como ‘Terena’”⁵. A emergência de uma identidade terena abrangente a vários grupos étnicos da tradição cultural dos antigos Guaná-Txané, como os Laiana e Kinikinau, já estava em processo na época das pesquisas de Fernando Altenfelder Silva⁶ e Roberto Cardoso de Oliveira⁷.

No período colonial, séculos XVI, XVII e XVIII, grupos Guaná-Txané estavam estabelecidos nas regiões chaquenha e pantaneira, denominada em terena de *Êxiva*, as quais devem incluir partes dos atuais territórios do Brasil, Paraguai e talvez da Bolívia⁸. No Brasil, a região *Êxiva* abrangia, sobretudo, áreas que a partir da segunda década do século XVIII foram denominadas pelos monçoeiros de Pantanal, em especial a porção meridional que vai da altura do município de Corumbá até o rio Apa, em Porto Murtinho, atual Mato Grosso do Sul⁹.

Desde o século XVIII, quando Portugal expandiu seus domínios em direção ao Pantanal, com vistas à exploração de ouro e posse de importantes vias fluviais, os Guaná-Txané mantiveram suas aldeias nas proximidades de povoados e fortificações militares luso-brasileiros. Essas aldeias não estavam isoladas entre si, mas ligadas por redes de relações sociais dentro de um amplo território. A presença de aldeias aruák em pontos estratégicos para a Colônia, e depois para o Império, também fazia parte de uma geopolítica maior, cujos propósitos eram o de usar índios como muralhas do sertão e guardiões das fronteiras, como é amplamente conhecido na historiografia e na literatura antropológica mais recente.

Na segunda metade do século XIX, quando foram produzidos muitos relatos de viajantes e documentos oficiais da Diretoria Geral de Índios, havia uma aldeia kinikinau na localidade de Mato Grande, atual distrito de Albuquerque, em Corumbá, e outras aldeias kinikinau, laiana e terena nas imediações do Presídio de Miranda.

Em todos esses lugares grupos lingüisticamente aruák comercializavam, desde tempos coloniais, alimentos diversos, tecidos, redes e outros produtos nos estabelecimentos oficiais da Colônia, e depois do Império, por vezes para o estabelecimento de relações de aliança com os luso-brasileiros. Em Mato Grande, por exemplo, ainda na segunda metade do século XIX, foi fundada a Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho, na qual padres capuchinhos realizaram trabalho de catequese entre os Kinikinau e entre famílias de outros grupos étnicos ali aldeados, a exemplo do Guató. Em 1864, com a iminência da invasão paraguaia ao sul de Mato Grosso, o frei Mariano de Bagnaia e algumas famílias indígenas deixaram a missão e se refugiaram na banda mais oriental do Pantanal, às margens do rio Miranda. Eles atravessaram o rio Paraguai, talvez nas imediações de Porto Esperança, localidade por onde Claude Lévi-Strauss passou na década de 1930 rumo ao território kadiwéu¹⁰, e buscaram refúgio em Miranda, região ocupada pelos Guaná-Txané desde tempos imemoriais¹¹.

Dessa forma, os antigos Kinikinau, Laiana e Terena, atualmente se auto-identificando como Terena para a exterioridade, atuaram como atores históricos importantes na expansão e consolidação de um grande território à Coroa de Portugal e, posteriormente, ao Império do

Brasil. Na opinião de Kalervo Oberg¹², os antigos Guaná-Txané chegaram mesmo a manter uma espécie de simbiose com o exército brasileiro. Isso teria ocorrido pelo fato deles também possuírem uma organização militar e clânica favorável a contatos dessa natureza.

A partir de fins de 1864, com a guerra iniciada por conta da invasão paraguaia ao sul de Mato Grosso, os Guaná-Txané passaram por uma abrupta situação de mudança.

Na época, havia 10 aldeias em Miranda, as quais perfaziam cerca de 4.000 pessoas, segundo registrou Alfredo d'Escranoglle Taunay, principal cronista da guerra e um dos primeiros etnógrafos, por assim dizer, a descrever esses grupos lingüisticamente aruák¹³. A presença de tropas paraguaias na região forçou uma diáspora ou dispersão territorial de muitas famílias indígenas ali estabelecidas. Uma das rotas de fuga foi em direção a Serra de Maracaju, fato este também descrito por Taunay. Em suas palavras: “Dentro em breve nos morros se concentravam todos os dispersos da zona de Miranda. Em fins de 1865, ali se achavam em lugar seguro, onde o inimigo não se aventurava a aparecer”¹⁴. Segundo o próprio autor, essa região serrana funcionou como um “seguro refúgio à perseguição paraguaia”¹⁵.

No entanto, ao contrário do que muitos antropólogos e historiadores propuseram, desde antes da guerra alguns *troncos* já estavam assentados e haviam feito *fundações* na Serra de Maracaju, inclusive na região de Buriti¹⁶. A bem da verdade, de acordo com a memória genealógica do grupo, a ocupação terena inicial em Buriti não decorreu da guerra, mas foi intensificada a partir desse conflito. Por volta da década de 1850, no mínimo, alguns *troncos* estavam estabelecidos na região. Na época, grupos Guarani e Ofayé-Xavante também estavam estabelecidos nas proximidades, o que configura a região serrana de Maracaju como uma área multi-étnica. Foi ali que eles receberam parentes e aliados vindos de Miranda e outras localidades, os quais naquelas serranias encontraram um lugar seguro para viver de acordo com seus usos, costumes e tradições.

Algumas explicações merecem ser apresentadas em tempo. Para os Terena de Buriti, *tronco familiar* tem sentido de grupo de parentes articulado em torno da figura de um líder, geralmente o mais velho, chamado de *tronco*, isto é, o articulador de um número

variável de famílias nucleares. A idéia de *aldeia* por eles recorridos tem o sentido de uma rede dinâmica de relações sociais, histórica e espacialmente definidas dentro de um mesmo território, geralmente se referindo à noção de lugar ocupado por um ou mais *troncos familiares*. Por vezes, indivíduos de um mesmo *tronco* se referem à área de seus antigos assentamentos como sendo uma aldeia. Na realidade, todos os *troncos* sempre estiveram inseridos em uma rede de alianças que de fato constitui, aí sim, uma aldeia em seu sentido mais sociológico. Isto porque uma aldeia pressupõe autonomia em termos matrimonial, religiosa e política, por exemplo, algo que é praticamente impossível de ocorrer dentro de um único *tronco*, haja vista o fato dele não existir de maneira isolada em relação aos demais *troncos* vizinhos. Do ponto de vista da arqueologia, a área ocupada por um ou mais *troncos familiares*, chamada de *aldeia*, pode ser interpretada como uma *unidade de ocupação*, ou seja, o espaço ocupado por unidades familiares ligadas por laços de parentesco, aliança e reciprocidade. Cada antiga unidade familiar pode corresponder a um ou vários sítios arqueológicos, cuja implantação na paisagem está ligada a uma lógica particular de sistema de assentamentos e parentesco, incluindo a ocorrência de cemitérios e locais de valor simbólico, a exemplo de morros e córregos, cada qual com seu respectivo *dono*. Quando uma família decide fundar um novo *tronco*, os Terena de Buriti denominam esta situação de *fundação*. Daí a explicação para outro termo comum entre eles, o de *troncos fundadores*.

Apesar de muitas famílias terem deixado Miranda quando a região esteve dominada pelos paraguaios, entre 1864 e 1866, os antigos Guaná-Txané chegaram a impor resistência armada contra as tropas invasoras e em defesa de seus territórios. As armas utilizadas na resistência foram as que os militares brasileiros deixaram em Miranda por ocasião da rápida fuga que fizeram diante da invasão das tropas inimigas. Quase que ao mesmo tempo, os Terena deram apoio às tropas imperiais em momentos de dificuldade, como a fome enfrentada pelos soldados. Os registros mais importantes e detalhados sobre sua participação nesse conflito bélico platino seguem sendo aqueles produzidos por Taunay.

Com o término da guerra, muitas famílias permaneceram na Serra de Maracaju, constituindo uma grande rede de relações sociais entre si e com as famílias que lá estavam

estabelecidas antes delas. Posteriormente, em especial com o advento da República (1889), várias famílias passaram a enfrentar uma situação conhecida na historiografia e na literatura etnológica como *cativeiro* e, posteriormente, uma outra mencionada como *camaradagem*. Em ambos os casos, tratam-se de formas de exploração do trabalho indígena em fazendas de gado, via de regra relacionada à dependência econômica que lembra uma espécie de regime de servidão ou semi-escravidão.

Ainda nos primeiros momentos da República, o governo central transferiu terras indígenas não tituladas para o Estado de Mato Grosso, incluindo extensões do território terena na Serra de Maracaju. Este, por sua vez, apoderando-se de vastas áreas e desconsiderando a legislação em vigor, em especial a Lei de Terras de 1850 (Lei 601), declarou-as como terras devolutas e depois as repassou a terceiros¹⁷. Foram esses terceiros que promoveram um processo de esbulho contra as comunidades nativas, contando inclusive com a participação de agentes do próprio Estado.

Dessa situação teve origem grande parte da estrutura fundiária do atual Estado de Mato Grosso do Sul, motivos de muitos conflitos fundiários entre índios e fazendeiros.

Nas décadas de 1920 e 1930, por exemplo, o SPI (Serviço de Proteção aos Índios) implementou uma política oficial de aldeamento, reunindo em um mesmo espaço famílias terena oriundas de vários pontos da Serra de Maracaju, juntamente com aquelas que há muito estavam assentadas em Buriti. Este processo oficial de territorialização, chamado por muitos antropólogos e historiadores de *confinamento*, foi feito sem levar em conta os territórios tradicionais terena, realizado com vistas a dar espaço a novas frentes econômicas de ocupação neobrasileira. Com essa política ficou assegurada aos índios uma área de cerca de 2.000 hectares, havendo, porém, uma drástica redução do tamanho das terras tradicionalmente ocupadas pelos Terena. Isso ocorreu devido a um processo de espólio de suas terras promovido com o apoio e participação de um funcionário do SPI, o chefe do Posto Indígena Buriti, e da própria *captura* de Aquidauana, força policial conhecida pela perseguição a grupos de bandidos, como o bando dos baianinhos. Em muitos casos, durante o processo de esbulho famílias indígenas tiveram até 24 horas para deixarem suas

casas, não tendo tempo sequer para fazer a colheita das roças, o que levou à perda de sementes de variedades tradicionais de plantas domesticadas. Além disso, nessas duas décadas do século XX diversas epidemias, como a de febre amarela, provocaram uma diminuição da população terena na Serra de Maracaju.

Este é um assunto que de tão polêmico que é já foi parar nos tribunais, pois envolve uma antiga reivindicação terena pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, de 2.090 para 17.200 hectares, cuja sentença proferida na Justiça Federal de Mato Grosso do Sul, em 2004, foi desfavorável à comunidade indígena.

No segundo semestre de 2003, quando da realização dos estudos periciais, uma importante liderança de 85 anos de idade, Armando Gabriel, ao analisar a situação sócio-histórica vivida pelo grupo, argumentou que os Terena receberam do governo imperial apenas três botinas por lutarem ao lado do exército brasileiro na guerra contra o Paraguai: “duas no pé e uma na bunda”.

Essa é uma avaliação que remete, em um primeiro momento, à idéia de reciprocidade negativa: os Terena participaram da resistência neobrasileira contra a ocupação paraguaia no sul do antigo Mato Grosso e no pós-guerra, contudo, receberam em contra-partida, por parte do Estado Nacional, o espólio de suas terras. Por este motivo eles passaram a enfrentar um processo de desterritorialização e fragmentação de seu território tradicional diante das frentes de expansão econômica da sociedade nacional. Este fato foi seguido por um processo de reterritorialização em uma pequena parcela de suas terras, até chegarem, enfim, aos dias de hoje, com o processo de retomada e disputa judicial pela posse de uma área maior das terras que ocupavam da época da guerra até a década de 1940.

Em suma, a guerra entre o Paraguai e Tríplice Aliança foi um evento de grande significação na história terena, assim com na história de muitos povos indígenas em Mato Grosso do Sul e outras regiões platinas. Por isso, esse conflito segue sendo apontado, e com propriedade, como um divisor de águas na trajetória de muitas comunidades nativas. Além disso, a participação indígena nesse conflito bélico faz parte de uma memória coletiva

e essa memória, por ser dinâmica, vem sendo constantemente (re) significada pelos grupos diante de novas situações sócio-históricas. Dentre essas novas situações está um movimento etno-social pela *retomada* de parte de antigos territórios indígenas, fato noticiado pela imprensa regional como sendo a *invasão* de propriedades rurais produtivas, de posse legítima e pacífica. Neste contexto, se em um passado não muito distante os Terena eram vistos, por parte de muitos fazendeiros em Buriti, como bons trabalhadores rurais, hoje eles se apresentam como *guerreiros* pintados na luta pela terra. Esta luta é entendida como uma reivindicação legítima e de fundamental importância para a reprodução física e cultural do grupo.

¹ Laboratório de Arqueologia, Etnoistória e Etnologia, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados, Caixa Postal 322, Dourados-MS (Brasil), CEP 79825-070. E-mails: eremites@cpdo.ufms.br e lpereira@nin.ufms.br. Fones: (67) 411-3645, 9952-5751 e 9972-4830.

² Ver, p. ex., MELIÀ, B. 2004. El pueblo Guaraní: unidad y fragmentos. *Tellus*, Campo Grande, 4(6):151-162.

³ Sobre a idéia de movimento etno-social, ver PEREIRA, L. M. 2003. O movimento etno-social pela demarcação das terras guarani em MS. *Tellus*, Campo Grande, 3(4):137-145.

⁴ EREMITES DE OLIVEIRA, J. & PEREIRA, L. M. 2003. *Perícia antropológica, arqueológica e histórica da área reivindicada pelos Terena para a ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil*. Dourados. (não publicado) (Autos nº 2001.60.00.003866-3, 3ª Vara da 1ª Subseção Judiciária de Campo Grande)

⁵ AZANHA, G. 2004. *As terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul*. Brasília, Centro de Trabalho Indigenista. (não publicado)

⁶ ALTENFELDER SILVA, F. 1949. Mudança cultural dos Terena. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, v.3; _____ 1976. Religião terena. In SCHADEN, E. *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, pp.268-276.

⁷ (1) CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 1968. *Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro, Zahar; (2) _____. 1976. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves; (3) _____. 2002. *Os diários e suas margens: viagem aos territórios Terena e Tükúna*. Brasília, EdUnB.

⁸ Ver BITTENCOURT, C. M. & LADEIRA, M. E. 2000. *A história do povo terena*. Brasília, MEC.

⁹ Sobre o que é, qual a extensão e quais as diferenças gerais entre as regiões do Chaco e do Pantanal, ver (1) EREMITES DE OLIVEIRA, J. & PEREIRA, L. M. *Op cit.*; (2) EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2003. Origens do povoamento indígena do Pantanal: aportes para uma nova revisão arqueológica. *Pós-História*, Assis, 11:159-184; (3) _____. 2004. *Arqueologia das sociedades indígenas no Pantanal*. Campo Grande, Oeste.

¹⁰ LÉVI-STRAUSS, C. 1998. *Tristes trópicos*. Trad. de R. F. d'Aguiar. São Paulo, Companhia das Letras.

¹¹ Cf. SCHUCH, M. E. J. 1988. Missões capuchinhas entre os Guaná sul-mato-grossenses. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, 30:89-131.

¹² OBERG, K. 1948. Terena social organization and law. *American Anthropologist*, Menasha, 50(2):283-291.

¹³ TAUNAY, A. d'E. 1940. *Entre nossos índios Chanés, Terenas, Kinikinaus, Laianas, Guató, Guaycurús, Caingang*. São Paulo, Companhia Melhoramentos de S. Paulo, pp.19-20.

¹⁴ TAUNAY, A. d'E. *Op cit.*, p.37.

¹⁵ TAUNAY, A. d'E. *Op cit.*, pp.33.

¹⁶ Esta tese contraria muitos trabalhos, tanto os considerados como *clássicos* da etnologia terena, citados anteriormente, como outros estudos produzidos posteriormente. Dentre os trabalhos mais recentes, merece destaque a interessante monografia de VARGAS, V. L. F. 2003. *A construção do território terena (1870:1966): uma sociedade entre a imposição e a opção*. Dissertação de Mestrado. Dourados, UFMS.

¹⁷ Sobre esse assunto, ver AZANHA, G. 2001. *A Lei de Terras de 1850 e as terras dos índios...* Brasília, Centro de Trabalho Indigenista. (não publicado)